

BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Aluna: Joanna Pereira Perdomo

Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução

O gerenciamento dos recursos hídricos tendo a bacia hidrográfica como recorte territorial é uma estratégia de gestão do território em andamento no país, desde a implantação da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição garantiu aos municípios uma maior autonomia em relação ao poder central e considera as águas bens da União.

Com a lei nº 9.433 de 08.01.1997 foi instaurada a Política Nacional dos Recursos Hídricos, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cujos fundamentos são a descentralização e a participação integrada entre o poder público, os usuários de água e a sociedade, o que contribui para um novo paradigma da gestão das águas do Brasil.

Objetivos

A pesquisa em curso tem como objetivos verificar: a forma como se dá a gestão de bacias hidrográficas no Estado do Rio de Janeiro, a partir do entendimento do que são as Regiões Hidrográficas e da existência e do estudo de Comitês de Bacias Hidrográficas por unidade; a eficiência desses Comitês, apontando a implantação dos mesmos em uma Região Hidrográfica ainda não contemplada; e as contribuições que esta forma de gestão pode dar à autonomia regional no estado fluminense.

Metodologia

A pesquisa tem como referenciais metodológicos o levantamento bibliográfico sobre as temáticas de *geografia política*, *hidrologia*, *ordenamento territorial* e *meio ambiente* no Estado do Rio de Janeiro. Essas leituras, juntamente com as do grupo de pesquisa, serão fichadas. Trabalhos de campo no território fluminense serão realizados, mais especificamente nos municípios pertencentes à bacia do Rio Muriaé. Além disso, relatórios de campo serão preparados, assim como apresentações em seminários internos e externos à instituição de ensino.

Conclusões iniciais

A bacia hidrográfica é a unidade territorial desse modelo de gestão, pois é no fundo de vale que se localizam as cidades e outras formações humanas com suas atividades diversas, sendo possível assim perceber as conseqüências do uso e ocupação irregular do espaço. Seu tamanho varia de acordo com a problemática em questão, mas sempre leva em consideração o espaço no seu entorno e a população que nela reside.

A autonomia garantida aos municípios com a Constituição federal de 1988 abre espaço para diversos tipos de gestão dos recursos hídricos dentro de uma unidade subnacional no Brasil. Assim sendo, a gestão torna-se uma questão de extrema complexidade devido à grande diversidade de escalas político-administrativas envolvidas no território. É preciso que as instâncias estaduais e municipais estejam em articulação para que a gestão se dê da melhor forma para todos os seus atores sociais.

A gestão de bacias hidrográficas é relevante para a gestão territorial pois, a partir das características da bacia, as ações nela executadas serão reprimidas ou estimuladas dependendo dos impactos causados sobre os recursos hídricos.

Referências

- 1 – PORTO, Mônica F. do Amaral; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. Estudos Avançados, v. 22, p. 43-60, 2008.
- 2 – PIRES DO RIO, Gisela Aquino; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira. Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. In Revista Território/LAGET, UFRJ – ano VI, nº 10 (jan/jul 2001).
- 3 – AGEVAP (Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Caderno de Ações – Bacia do Rio Muriaé. Relatório Contratual R-10. Fundação COPPETEC. Laboratório de Hidrologia e Estudo de Meio Ambiente.